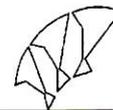


Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais e Uso e Conservação da água no meio Rural, realizada em Campinas/SP, em 27/07/2018

Relação dos membros presentes	
Entidade	Nome
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima
ASSEMAE	Natália de Freitas Colesanti Perlette
CATI	Henrique Bellinaso
CETESB	Antonio Carlos Bordignon Júnior
Cooperativa de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
DAE Jundiáí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões
DAEE	Walter Antonio Beccaro
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira
INEVAT	Claudia Grabher
IZ	João J.A. de Abreu Demarchi
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira
PM de Campinas	Sueli Aparecida Thomaziello
PM de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini
P.M de Hortolândia	Paulo José Mancuzo
P.M de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão
P.M de Limeira	Raquel Schimidt
P.M de Mairiporã	José Roberto M. Silva
PUC Campinas	Simone Mendonça dos Santos
SMA/CBRN	Natalia Gomes Fernandes
SMS/CBRN	Célia Alves Surita
RECONNECTA	Gabriel Neves
S.R. Rio Claro	João Baraldi

Demais Presentes	
Entidade	Nome
Agência PCJ	Maria Eugenia Martins
Agência PCJ	Marina Peres Barbosa
Agência PCJ	Bruna Caroline Juliani
	Carolina Gaspar
Piracaia	Isabella A. Paschoal
Profill/Rhama	Rodrigo Balbuena
Agência PCJ	Leonardo Baumgratz
Cetesb	Ana Carolina Borges
Campo Limpo Paulista	Carlos Alberto
Sanasa	Tarciani Santos
DAE Jundiáí	Carlos Eduardo Pereira
Sanasa	Gladis Matteo
	Hécio F.P. Varela

5 Aos vinte e sete dias do mês de julho de 2018, nas dependências do Centro de Conhecimento da Água da Sanasa, em Campinas/SP, realizou-se a 2ª Reunião Conjunta da CT-RN e CT-Rural.

1. **Assuntos Gerais:** O Sr. João Baraldi (S.R. Rio Claro) realizou a abertura e relatou evento de zoneamento ecológico econômico, realizado em

10 20/06/2018. Comentou que na ocasião levantou dificuldades com o setor de transportes, sobretudo em relação ao fechamento de vias vicinais pela ARTESP, que prejudica os produtores rurais da região. Destacou dificuldades em relação à
15 documentação necessária para inscrição de projetos na política de proteção de mananciais. Comentou quanto a revolução industrial, que dependerá da robótica e deve reorganizar a estruturação de mão de obra. Informou que a
20 entidade AFOCAPI terá uma substituição de membro, com a saída do Sr. Ricardo. Agradeceu o apoio do Sr. Ricardo. Chamou, enfim, atenção para necessidade de se pensar a perspectiva do produtor rural. O Sr. João Demarchi (IZ) informou que
25 comentaria posteriormente aspectos relativos à Política de Mananciais PCJ. Aprovação da ata da CTRN: O Sr. Denis (CATI) comentou envio da ata, que foi aprovada.

2. **Revisão do Plano de Bacias:** O Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) passou a tratar do primeiro produto do caderno rural. Explicitou que será publicado um formulário em breve, em versão consolidada após discussões com Agência. Elucidou que estão resgatando materiais da Etapa 1 com enfoque para a questão rural. Identificou as
35 bacias mais críticas em termos de balanço hídrico, usos da água na bacia, avaliação das demandas para irrigação em relação a demanda total (regiões onde a irrigação é mais relevante). Avaliou que as
40 225 ACs são adequadas para as análises na escala da bacia. Esclareceu dúvidas sobre as linhas de criticidade e sugeriu-se explicitar as linhas de corte utilizadas nos mapas. A Sra. Cláudia (INEVAT) discutiu a adequação das escalas das áreas de contribuição. A Sra. Carolina (DAE de Jundiáí) discutiu os conceitos que foram adotados no plano diretor florestal. O Sr. Henrique (CATI) discutiu a relação de montante a jusante para as ACs
45 prioritizadas. O Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) discutiu então o tema do PSA (Pagamento Por Serviços Ambientais). Informou que visitará projetos identificados e que o formulário trará uma questão sobre o tema. Identificou os termos de compromisso existentes
50 na região e as oportunidades e desafios da região para este tema. Discutiu a necessidade de apoio técnico aos municípios menores. A Sra. Natalia (SMA) questionou se seriam identificadas áreas indicadas para PSA. O Sr. Rodrigo esclareceu que não. O Sr. Eduardo (Agência PCJ) esclareceu que
60 PSA é instrumento e não um fim em si. O Sr. João

Comitês PCJ

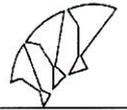
Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais e Uso e Conservação da água no meio Rural, realizada em Campinas/SP, em 27/07/2018

Demarchi (IZ) resgatou as discussões da política, que tinha como foco inicial PSA e evoluiu para definição de áreas em função de captações, sendo o
65 PSA instrumento para garantir perpetuação das ações. Lembrou o GT-PSA que virou GT-Mananciais e ressaltou a importância de se pensar as estruturas de governança local. Lembrou a
70 limitação da cobrança como fonte de recurso e a necessidade de que haja fundos sustentados por outras fontes. O Sr. Irineu (PM Jaguariúna) observou que em sua cidade tentou-se incluir uma taxa junto a conta de água, que foi descontinuada pelo serviço de saneamento. Esclareceu que hoje é
75 utilizado o ICMS Ecológico para tal fim. O Sr. João Baraldi (S.R. Rio Claro) relatou que em Rio Claro realizou-se uma pesquisa da UNESP que identificou disposição de contribuir com iniciativas de proteção de mananciais. O Sr. Petrus (PM
80 Holambra) destacou a necessidade de solidariedade de montante para jusante, de forma que os beneficiários podem estar em municípios distintos. O Sr. Luiz Sertório (FF) destacou que PSA é uma das ferramentas possíveis nos diálogos locais.
85 Relatou iniciativa que procura incluir no PDUI do AU Piracicaba mecanismos complementares. Exemplificou Plano Diretor, certificação, ICMS Ecológico e UCs. O Sr. Fernando sugeriu a tributação diretamente aos consumidores de água,
90 como ocorre com a cobrança. Discutiu a competência dos municípios no contexto. O Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) discutiu, então, a questão das APRMs a serem trabalhadas. Relatou desdobramentos envolvendo a conceituação de modo que o caderno delimite áreas, com base nos dados disponíveis. Destacou o foco com os termos do Art. 11, inciso VIII da Lei nº 9.433/1997. Mostrou mapa sobre o tema como um dos recortes espaciais, uso do solo, predominância de classes de
100 uso do solo. O Sr. Eduardo (Agência PCJ) questionou o uso de campo como classe “natural” e a Sra. Natália (SMA) sugeriu o uso de mais classes. A Sra. Maria Eugênicia (Agência PCJ) sugeriu tratar pastagem como campo. O Sr. Luiz Sertório (FF) ressaltou mapa produzido pela SMA que diferencia campos naturais e pastagens. Falou que está disponível no Data GEO. O Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) destacou mapa de suscetibilidade à erosão. Apresentou mapas para
105 áreas de proteção de mananciais e RPPNs. O Sr. João Demarchi (IZ) solicitou que seja esclarecido o TR para a revisão do plano. O Sr. Eduardo Léo (Agência PCJ) destacou que o TR foi construído

pelo comitê e imprimiu as questões existentes no momento de confecção do comitê. Ressaltou que tal discussão ocorreu no passado e que houve uma dinâmica no comitê que incluiu outras visões. Ressaltou que desde que preservado o alcance do conteúdo mínimo do TR e relatadas as trajetórias para tanto. Ressaltou, ainda, a importância de que os encaminhamentos sejam acordados com a câmara. Esclareceu entendimento sobre APRM, que foi definido nos termos da legislação paulista para o tema. Ressaltou, ainda, o inciso II do artigo
120 11 da Lei 9866 97. Houve concordância das CTs de que a definição de áreas as serem protegidas deve buscar identificar áreas com vistas a construir propostas alinhadas ao Artigo 11 da Lei 9866/97, sendo APRM um dos instrumentos que pode ser
125 utilizado localmente. O Sr. Luiz Sertório (FF) informou que as UCs em geral têm como objetivo a proteção dos recursos hídricos e destacou que houve retificações nas delimitações das APAs. Informou que requisitou correção no DATAGEO.
130 O Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) explicitou trabalho de identificação de nascentes e apresentou mapas de nascentes e uso de solo nas PPs de nascente com base em avaliação de uso antrópico. Os Srs. Luiz Sertório (FF) e Eduardo Léo (Agência das Bacias PCJ) informaram que não reconhecem aderência em mapa apresentado para proporção de uso antrópico em áreas de nascentes. O Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) informou que o mapa era complementar e não exclusivo.
145 Informou que procurará um meio para melhorar a análise. O Sr. Petrus (P.M. de Holambra) destacou a extensão das áreas urbanas, que ocupam boa parte da bacia. O Sr. Eduardo (Agência PCJ) destacou que terá de ser utilizado algum percurso multiescala. A Sra. Cláudia (INEVAT) sugeriu busca de dados da Política de Mata Atlântica e o Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) comprometeu-se a verificar se há fonte de dados para estas informações. Sobre áreas de recarga para
150 águas subterrâneas, o Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) esclareceu que as informações estão em aberto e sendo conduzidas em conjunto com o caderno de águas subterrâneas. O Sr. Henrique (CATI) ressaltou importância de se levar em conta outras informações, como as de suscetibilidade à erosão. A Sra. Cláudia (INEVAT) destacou que o TR da revisão do plano tem bem definidas as questões importantes sobre Plano Florestal feito pelo IPEF. O Sr. Luiz Sertório (FF)
165 destacou que há uma delimitação para áreas de



Ata da 2ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais e Uso e Conservação da água no meio Rural, realizada em Campinas/SP, em 27/07/2018

170 controle que foi editada pelo CRH-SP. O Sr. Henrique (CATI) falou que entende como confusa a definição conjunta de áreas de recargas e APPs. O Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) mostrou mapas selecionados do PDRF. Discutiu ainda o CAR. Destacou dificuldades de acesso ao SICAR no início e relatou que foi alinhado o uso do SICAR como única fonte para o tema (a agência disponibilizou dados para a porção mineira).
175 Discutiu os problemas de validação dos CARs e elucidou que as áreas cadastradas superam a teoricamente cadastrável em SP e MG. A Sra. Maria Eugênia (Agência PCJ) destacou que o CAR permite apenas uma primeira aproximação na abordagem das propriedades nas microbacias. O Sr. Henrique sugeriu comparar áreas de APP no CAR e no PDRF. O Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) tratou do tema do saneamento rural, destacando limitação de dados. Esclareceu
185 que no formulário procurarão levantar dados complementares. Para o zoneamento hidroagrícola, o Sr. Rodrigo (Consórcio Profill/Rhama) esclareceu que o tema lhe parece pouco claro. O Sr. Sebastião (DAEE) destacou a articulação entre a localização de demandas em zonas conflituosas. A Sra. Cláudia (INEVAT) mencionou a questão da aptidão das regiões para orientação dos tipos de uso. O Sr. Henrique (CATI) destacou a diferença
190 entre zoneamento e aptidão para irrigação, conceito que pode ser utilizado para a questão. Sugeriu a definição de aptidões de potenciais de uso do solo e destacou que a CATI possui uma base para tanto, que trata de Mapa de Classes de Capacidade Potencial de Uso das Terras Agrícolas do Estado de São Paulo. O Sr. Eduardo Léo (Agência das Bacias PCJ) sugeriu que se cruze tal
200 informação com os mapas de balanço hídrico, para que se desenhe uma proposta para o mencionado zoneamento. O Sr. Rodrigo (Consórcio

205 Profill/Rhama) expôs, então, o formulário a ser encaminhado aos membros. O Sr. Eduardo Léo (Agência das Bacias PCJ) informou que o formulário será disponibilizado no site da revisão (<http://plano.agencia.baciaspcj.org.br>). Sobre a
210 forma de encaminhamento de contribuições para o primeiro relatório, convencionou-se que as contribuições serão enviadas ao e-mail da revisão do plano (plano@agencia.baciaspcj.org.br). Todas as contribuições serão disponibilizadas a todos
215 através de um drive aberto, disponível no site da revisão (<http://plano.agencia.baciaspcj.org.br>), na página do caderno rural/florestal. Estabeleceu-se prazo de até 03/08/2018 para recepção de sugestões e análises sobre o primeiro produto.
220 Definiu-se que as propostas serão, então, consolidadas em parecer das CTs
3. Informes gerais: O Sr. Luiz Sertório (FF) informou que sairá breve em portaria para eleição do conselho da APA Corumbatai/Piracicaba e
225 convidou os membros interessados a se inscreverem. Informou, ainda, que uma nova APA vem sendo estudada na região do Barreiro Rico, envolvendo áreas do SMT e do PCJ. Mostrou que tal APA completará com UCs as margens da represa de Barra Bonita nas Bacias PCJ, protegendo a região do Tanquã. Informou que audiência será realizada em Piracicaba no dia 28/08/2018. Ressaltou a importância da região para
230 conservação de primatas (especialmente muriquis) e convidou os membros a participarem. A Sra. Marina (Agência das Bacias PCJ) informou que no dia 28/07/2018 haverá evento para entrega de PIPs em Analândia e divulgou o encontro de usuários da ESRI, que ocorrerá em breve. Informou que será repassado convite a todos.
240 **4. Encerramento:** Em nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.


João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN


João Primo Baraldi
Coordenador da CT-Rural